



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



PROPSAM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

INSTITUTO DE PSIQUIATRIA DA UFRJ

COMISSÃO

DE AÇÕES AFIRMATIVAS



PROPSAM
2023



CONHEÇA

NOSSA COMISSÃO

A comissão de ações afirmativas do Programa de Pós-graduação em Psiquiatria e Saúde Mental (PROPSAM) foi criada coletivamente com a parceria de docentes e discentes, a fim de discutir as desigualdades de acesso aos nossos cursos, e pensar possíveis soluções para a democratização da entrada de alunos no programa.

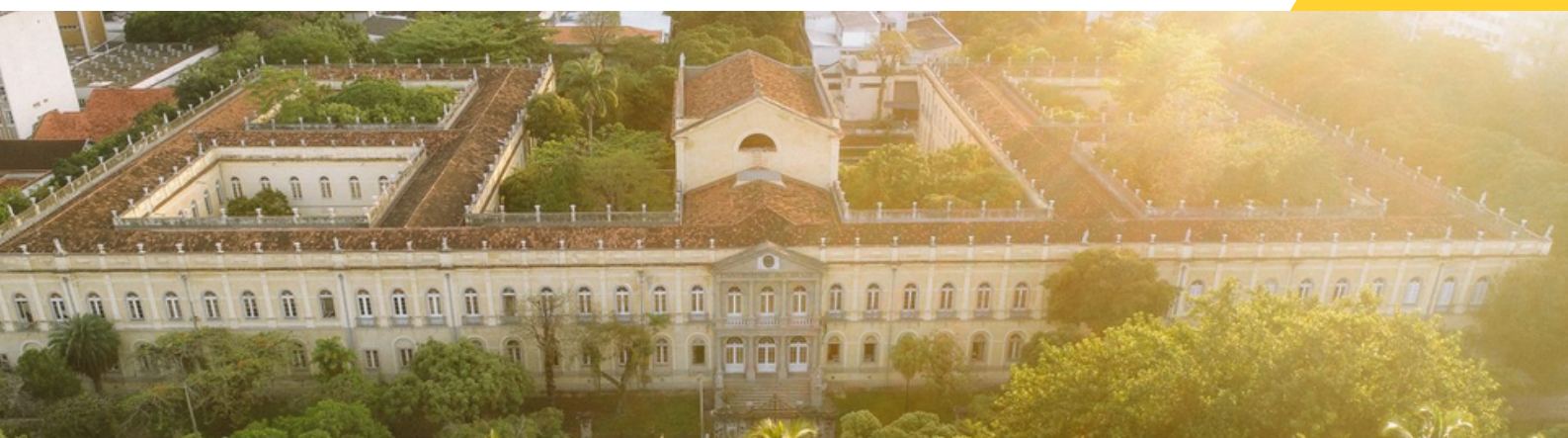
O OBJETIVO

É promover um PROPSAM mais diverso e representativo, através da criação de ações afirmativas para o processo seletivo dos programas de mestrado e doutorado.

O QUE SÃO AÇÕES AFIRMATIVAS?

"São um conjunto de medidas especiais voltadas a grupos discriminados e vitimados pela exclusão social ocorridos no passado ou no presente. Tem como objetivo eliminar as desigualdades e segregações, de forma que não se mantenham grupos elitizados e grupos marginalizados na sociedade, ou seja, busca-se uma composição diversificada onde não haja o predomínio de raças, etnias, religiões, gênero, etc." (BRASIL, 2020).

BRASIL. Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/etnico-racial/acoes-afirmativas>



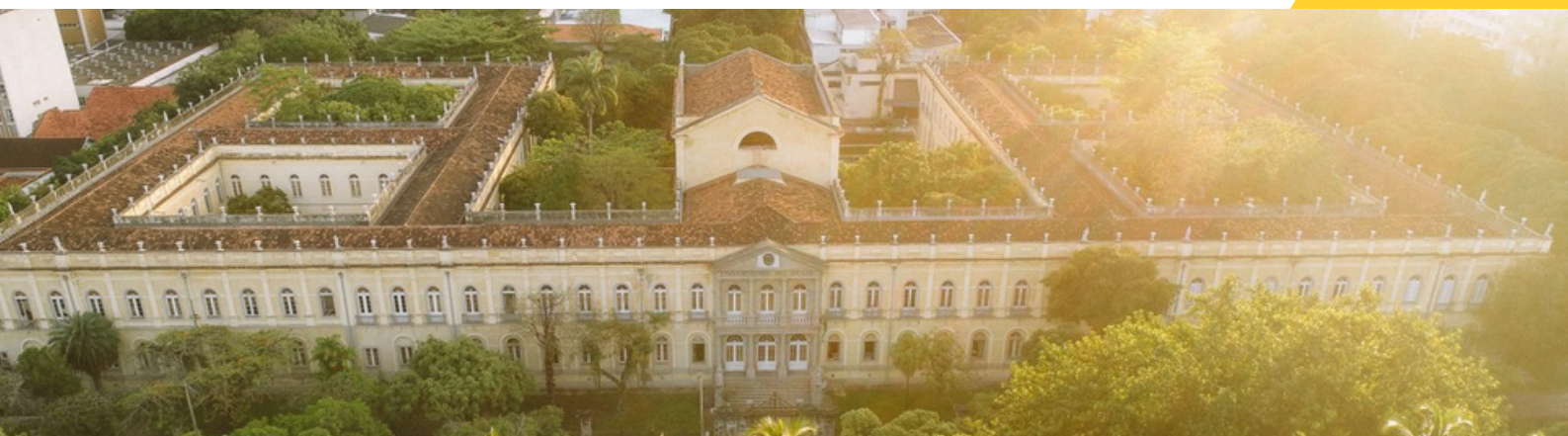
AÇÕES AFIRMATIVAS

ENTENDA O PROCESSO NO MUNDO

A notória constância dos fatos advindos das desigualdades e segregações propiciou o pensar político-crítico-dialógico das ações de enfrentamento voltadas as múltiplas barreiras que afetam historicamente os grupos discriminados e marginalizados no mundo. Esses eventos, evidenciam a permanente busca do movimento humano por direitos e oportunidades equitativas, cujas complexas jornadas almejam uma configuração da sociedade com mais diversidade e representatividade.

No contexto temporal, a idade contemporânea inflama as mobilizações públicas, promovendo inovações nas perspectivas democráticas e novos repertórios argumentativos acadêmicos.

Dentro da linha histórica, o uso da expressão "ação afirmativa" não ocorreu até meados do século XIX. Tal aparição dá-se no texto "National Labor Relation Act" - atenuar abusos sofridos por trabalhadores, em 1935. Tais ações também ocorrem principalmente na Índia - políticas de reservas para os intocáveis (casta indiana Dalit); nos Estados Unidos - segregação racial; na África do Sul - correção dos desequilíbrios engendrados pelo Apartheid; na Malásia - reverter o poder exercido pelo grupo chinês no país; na Irlanda do Norte - equiparar a representação social entre grupos religiosos; na Austrália - reparar os efeitos da exclusão participativa dos povos aborígenes; e na Nova Zelândia - processo de acesso e inclusão dos Maoris, entre outros acontecimentos e fenômenos globais na direção da igualdade humana.



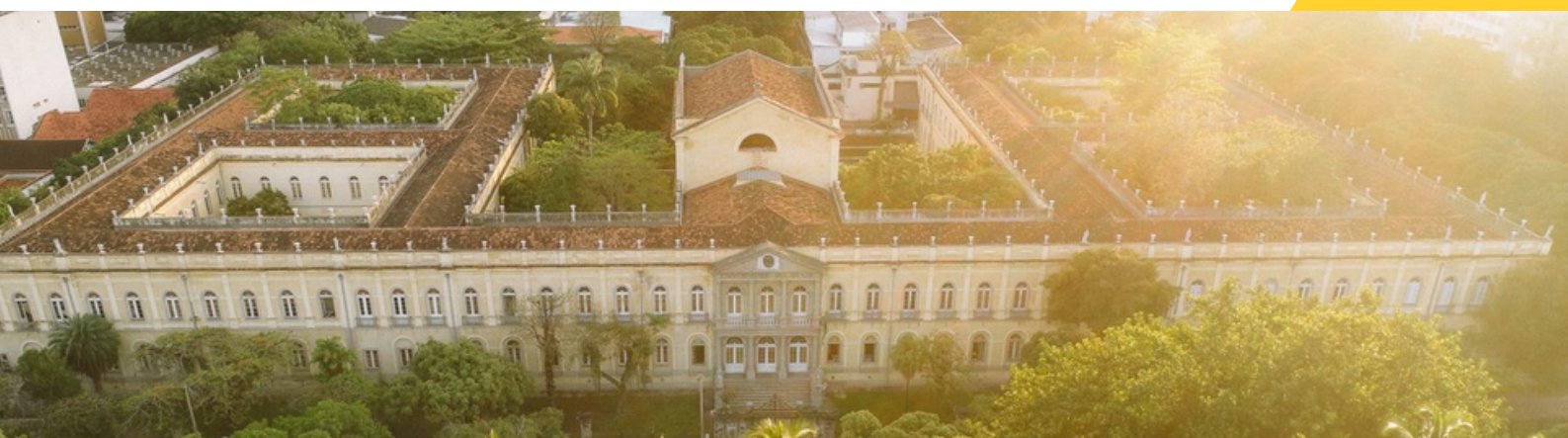
AÇÕES AFIRMATIVAS

ENTENDA O PROCESSO NO BRASIL

No Brasil, a narrativa perpassa pelo longo processo de colonização e herança pungente da escravidão, o que desencadeia as profunda diferenças interraciais, econômicas e sociais. Entretanto, o processo de "ações afirmativas" inicia-se de forma restrita com o setor agrário. Vale ressaltar que em 1968 foi instituída a "Lei do Boi" - reserva de vagas nas universidades para os filhos dos fazendeiros.

Com o passar dos tempos, outras perspectivas e iniciativas segmentares surgiram proporcionando o pioneirismo da UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) no setor acadêmico - reserva de vagas para grupos atingidos pelas sobreposições dos recortes sociais (Lei nº 3.524/2000 - 50% para os egressos da escola pública e Lei nº 3.708/2001 - 40 % para candidatos autodeclarados pretos e pardos), em 2000 e 2001. Já a UNB (Universidade de Brasília) nacionalizou a discussão da adoção de cotas nas universidades brasileiras. Logo, todo o processo das ações afirmativas intensifica-se nos estados, com a expansão da participação dos movimentos políticos sociais. E, por fim, culmina no desenvolvimento de uma importante base legislativa no país.

Conheçam algumas políticas na última página do manual!

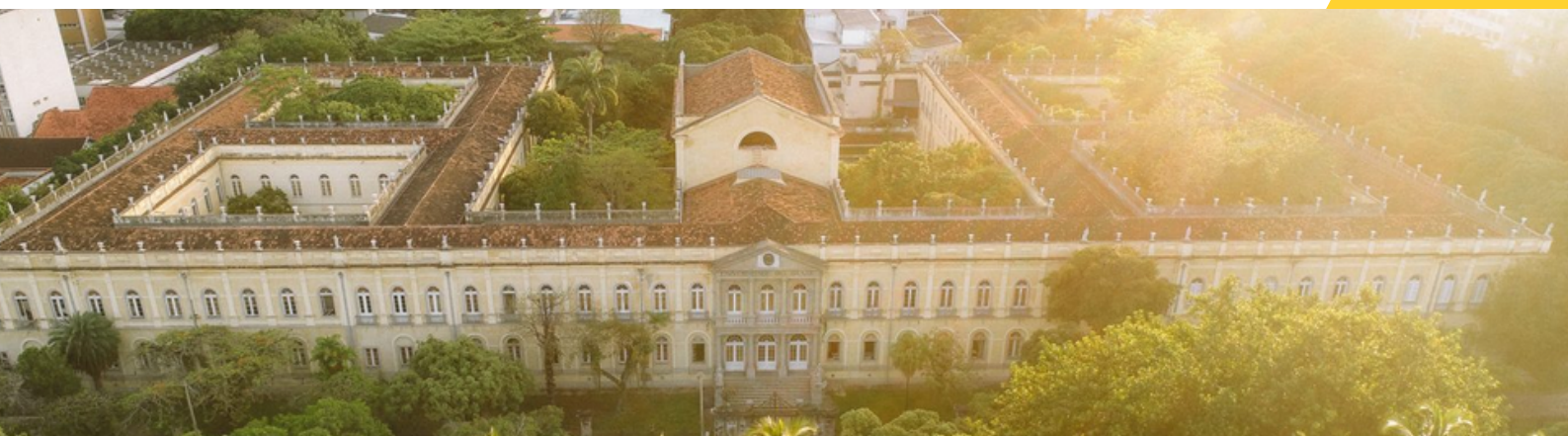


AÇÕES AFIRMATIVAS

NA UFRJ

Segundo o PDI 2019-2023, a implementação de ações afirmativas no acesso à Universidade, tanto na graduação quanto na pós-graduação, visa à redução de discriminações e desigualdades sociais de teor racial e econômicas. A indução de ações afirmativas na pós-graduação se configura, pois, como mais um passo à diminuição das desigualdades existentes na sociedade brasileira, observada por profissionais de diversas áreas, no que diz respeito às oportunidades e condições de vida alcançadas por negros, indígenas e brancos, bem como em função de deficiências físicas.

Na resolução n. 3, de 23 de outubro de 2018, o Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) da UFRJ decidiu autorizar de forma facultativa o estabelecimento de cotas nos processos seletivos para o ingresso nos cursos stricto sensu de Mestrado e Doutorado, observando a peculiaridade de cada área e curso. Ficou decidido que o percentual que pode ser destinado deve ser de até 20% do total de vagas disponibilizados. Desta forma a UFRJ oficializou sua política de cotas também em nível de pós-graduação. A adoção de políticas de ações afirmativas no acesso ao ensino superior gratuito marca a ampliação do processo de democratização da universidade, que se desdobra em desafios como a permanência e a conclusão do curso por alunos provenientes de segmentos sociais discriminados e/ou pauperizados.



AÇÕES AFIRMATIVAS NA PÓS-GRADUAÇÃO

RESOLUÇÃO CEPG/UFRJ Nº 118, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a política de ações afirmativas, nos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O CONSELHO DE ENSINO PARA GRADUADOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Art. 7º, §5º, IV do Regimento do CEPG,

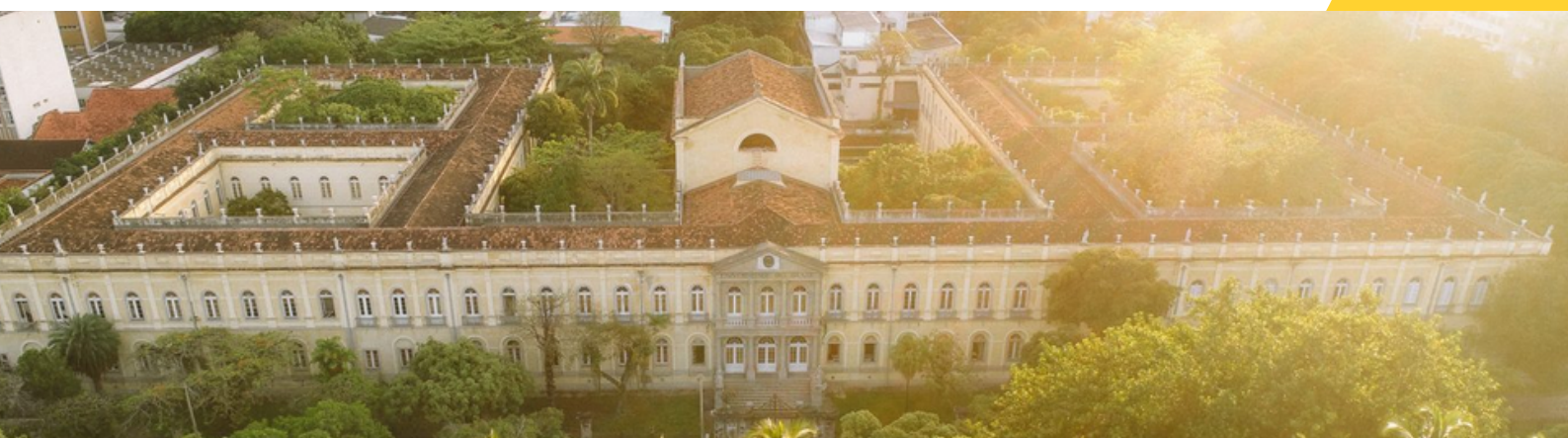
RESOLVE:

Art. 1º A Universidade Federal do Rio de Janeiro adotará necessariamente, em todos os processos seletivos de ingresso a seus Programas de Pós-graduação Stricto Sensu, a oferta de vagas para pessoas pretas, pardas, indígenas e com deficiência (PcD).

§ 1º O número de vagas ofertadas em cada processo seletivo será fixado em edital, segundo os critérios de seleção do Programa de Pós-graduação, sem prejuízo da qualidade acadêmica e científica, assegurando que:

I - pelo menos, vinte por cento (20%) das vagas totais do edital sejam ofertadas para pessoas pretas, pardas e indígenas;

II – pelo menos, cinco por cento (5%) das vagas totais do edital sejam ofertadas para pessoas com deficiência(PcD).



COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

Criada em 2020 (Portaria nº 507/2020) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Comissão de Heteroidentificação realiza um procedimento complementar a autodeclaração que consiste exclusivamente de uma análise fenotípica. Tem por objetivo validar as autodeclarações apresentadas pelos candidatos pretos e pardos (negros).

POR DENTRO DOS PROCEDIMENTOS

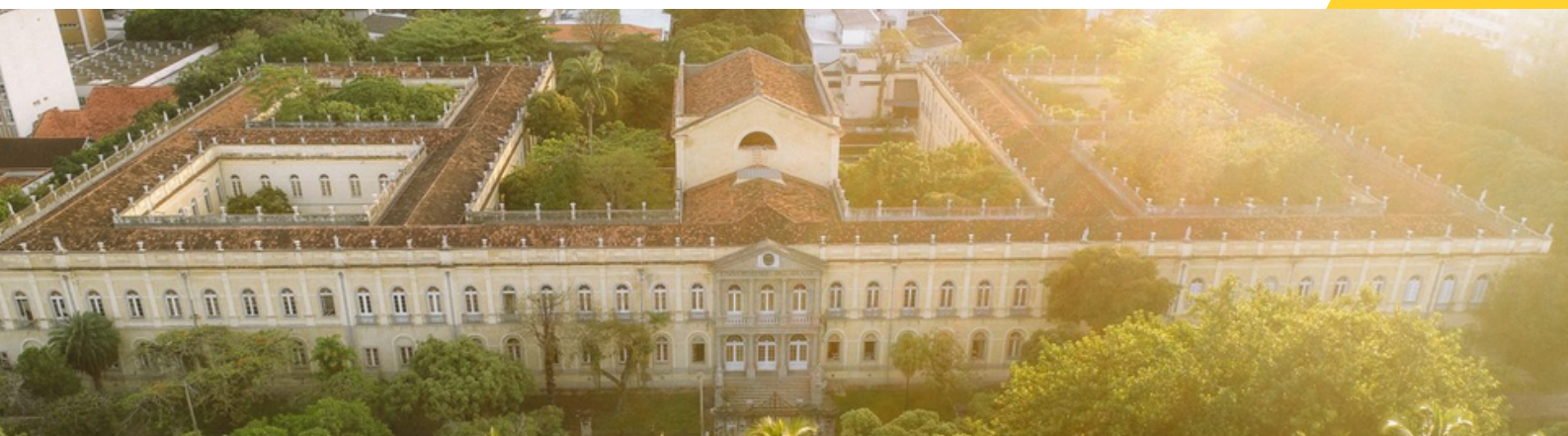
Realizada de forma "presencial".

O processo é filmado - Apresentação das instruções pela subcomissão, em seguida, leitura da autodeclaração pelo candidato.

A comissão é composta por integrantes dos segmentos discentes, docentes e técnicos administrativos da UFRJ - Instituídos por portaria específica, sendo todos capacitados por meio de curso formativo.

Organiza-se na primeira fase em subcomissões com três membros cada (disposição diversificada - segmento, raça e gênero) - Deliberação ocorre pela unanimidade dos membros.

A validação APTO ou NÃO-APTO ocorre com base nos critérios fenotípicos apresentados pelos candidatos no momento do procedimento de heteroidentificação.



COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

ATENÇÃO!

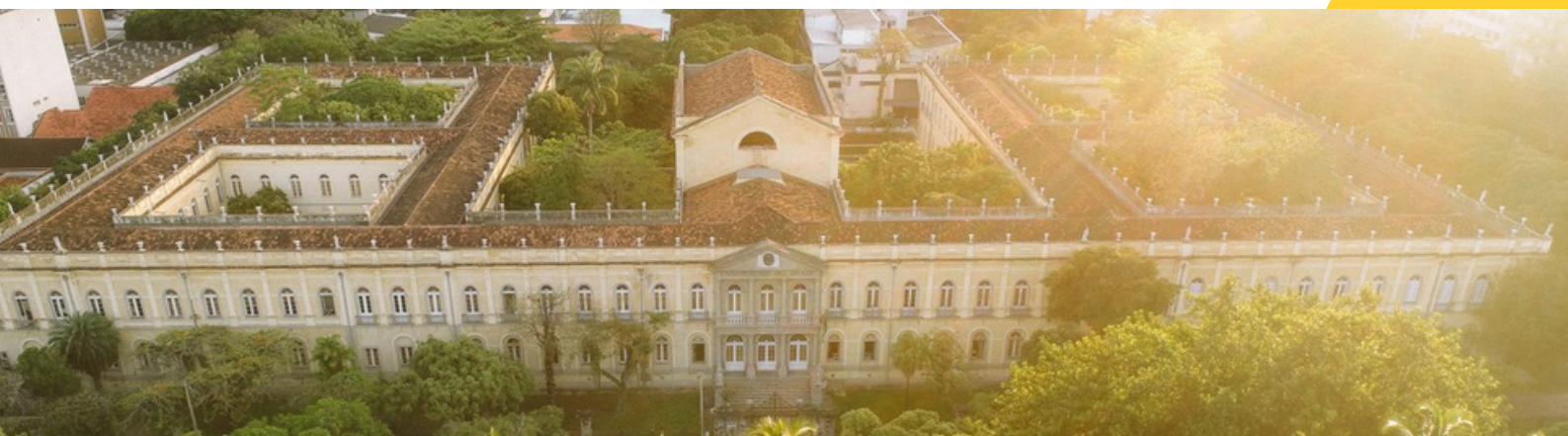
Não é considerado durante o procedimento nenhuma apresentação de registros (imagens) ou documentos (certidões) antigos.

A recusa para ser filmado afetará a possível classificação do candidato no concurso de acesso.

O resultado da primeira aferição ocorre no mesmo dia, em local estipulado pela comissão.

Os candidatos **NÃO-APTOS** na primeira fase têm a possibilidade de uma nova avaliação - COMISSÃO RECURSAL (composição diferenciada - 5 membros). Já o resultado é geralmente lançado no site do programa de pós-graduação, site da instituição e/ou e-mail.

O fenótipo do candidato (características físicas) deve trazer os marcadores negróides que potencializam a exclusão e o aprofundamento do racismo no Brasil que é de "marca" e não de origem. Cor da pele, textura de cabelo, formato do nariz e boca são características fenotípicas a serem validadas na autodeclaração.



MANUAL

DA BOA COMUNICAÇÃO

A comissão criou um mini-manual com dicas sobre alguns termos devem e não devem mais fazer parte do nosso vocabulário.



Para usar !

- LGBTQIAPN+

É de bom tom o uso das siglas LGBTQ+, mas quanto mais letras você inclui no seu discurso, muito mais se fala sobre o quanto você se importa, e tenta acolher as diferentes esferas da comunidade.

- Homossexualidade

Em 1990, a Organização Mundial da Saúde aboliu a utilização do termo "homossexualismo", adotando-se então o nome homossexualidade para descrever a orientação sexual, que em nada relaciona-se com desvios ou doença, e sim, com afetos e sensações legítimas e belas. Em homenagem ao ato da OMS, no dia 17 de maio comemora-se o Dia Internacional da Luta contra a LGBTfobia.

- Orientação Afetivo-Sexual

Termo mais amplo, que contempla a atração sexual, afetiva ou romântica. A orientação sexual refere-se ao desejo (ou não) enquanto a atração afetiva refere-se ao interesse em manter vínculos e troca de afetos. A atração romântica, embora confunda-se com a afetiva, associa-se ao "amor romântico", a paixão e as construções sociais da romanticidade.

Para não usar!



- GLS / GLBT / +

As siglas passaram por diversas transformações ao longo das décadas, buscando cada vez mais incluir as diferentes sexualidades, identidades e manifestações políticas-culturais da comunidade. Utilizar desse conjunto de siglas exclui diversos grupos, outrora invisibilizados.

- Homossexualismo

O sufixo "ismo", por muitos anos, foi utilizado para qualificar desvios, transtornos e doenças. E atualmente, a utilização desse termo é inadequada, que é embarcado em estigmas e dores para a comunidade, que por muito tempo sofreu com a patologização de seu afeto, identidade e comportamento.

- Opção Sexual

A utilização da palavra "opção" propõe a sexualidade como algo escolhido conscientemente, desnaturalizando as manifestações de desejo e identidades, colocando a orientação sexual em um lugar de "escolha do seu próprio existir", como desviante e em desacordo com os protocolos sociais.

MANUAL

DA BOA COMUNICAÇÃO

A comissão criou um mini-manual com dicas sobre alguns termos devem e não devem mais fazer parte do nosso vocabulário.



Para usar !

- Intersexo

Termo adequado para referir-se a indivíduos que apresentam características genéticas e somáticas que se manifestam anatomicamente entre o sexo masculino e feminino.

- Redesignação Sexual / Readequação de Sexo e Gênero

Conjunto de estratégias transdimensionais em saúde, que deve ser acompanhada por multiprofissionais, para adequações e modificações de componentes sexuais em desacordo com as percepções, sensações e identidade do indivíduo.

- Travesti / Transexual / Não binária / Queer / +

Diferentes grupos, diversos em suas identidades, relações e performances de seu gênero. Na dúvida sobre como referir-se aos sujeitos, pergunte! Não há mal algum em não saber os pronomes adequados, seja sensível para aprender, respeitar e não ofender.

*Dica: Errou? Desculpe-se, imediatamente, e mostre-se disposto a não errar mais. Mas lembre-se, ninguém é obrigado a te ensinar, o mundo mudou, adapte-se. ;)

Para não usar!



- Hermafrodita

Termo desatualizado, de cunho depreciativo, que não deve mais ser usado para referir-se a indivíduos que apresentam características biológicas masculinas e femininas em seu sistema reprodutor.

- Mudança de Sexo

Entendendo que as relações de identidade, sexo e gênero são complexas e transdimensionais, é inapropriado utilizar o termo "mudar", para algo que já compõe o ser em transição. Muito além de uma "troca", o processo é de adequação do sexo biológico ao gênero do indivíduo.

*Lembre-se de NUNCA perguntar sobre procedimentos cirúrgicos, ou detalhes sobre o tratamento. É mal-educado, invasivo e não lhe diz respeito! :)

- Traveco

De forma popular, a utilização do sufixo "eco" denotava o sentido pejorativo de "pouca importância". O termo, além de ofensivo e preconceituoso, expõe um caráter diminutivo, subcategorizando o grupo mais violentado socialmente em nossa comunidade.

MANUAL

DA BOA COMUNICAÇÃO

A comissão criou um mini-manual com dicas sobre alguns termos devem e não devem mais fazer parte do nosso vocabulário.



Para usar !

- Difamar/caluniar
- Negro/Negro de pele clara

Para não usar!



- Denegrir: Sinônimo de difamar, possui na raiz o significado de “tornar negro”, como algo maldoso e ofensivo, “manchando” uma reputação antes “limpa”.
- Mulato: Na língua espanhola, referia-se ao filhote macho do cruzamento de cavalo com jumenta ou de jumento com égua.
- Moreno: Chamar uma pessoa de negra ainda é uma expressão carregada de estigmas negativos, nesse caso, utiliza-se o termo moreno como uma forma de amenização. Todavia, o reconhecimento da negritude é de extrema importância para o combate ao racismo e melhora da autoestima de pessoas negras, além de ser uma forma de conexão com a sua origem/ancestralidade.

MANUAL

DA BOA COMUNICAÇÃO

A comissão criou um mini-manual com dicas sobre alguns termos devem e não devem mais fazer parte do nosso vocabulário.



Para usar !

- Escravizado
- Cabelo crespo
- Tom/cor bege ou rosa claro

Para não usar!



- Escravo: O termo escravo sugere que seja uma característica inerente à pessoa, todavia, sabemos que a escravidão foi um processo violento e imposto ao povo africano.
- Cabelo ruim/duro: É uma expressão ofensiva comumente utilizada para se referir a cabelos crespos. Afinal, qual seria a referência para a caracterização desses cabelos? Essa nomeação demonstra a associação das características negras a algo ruim/inferior.
- Cor de pele: Termo que designa a cor de lápis/giz de cera rosado à pele de pessoas brancas, desconsiderando a pluralidade dos tons de pele da população brasileira.

MANUAL

DA BOA COMUNICAÇÃO

A comissão criou um mini-manual com dicas sobre alguns termos devem e não devem mais fazer parte do nosso vocabulário.



Para usar !

- Que tal repensarmos o comportamento apontado?
- Levando em consideração que a África é um continente, as religiões que advém do mesmo são múltiplas e diversas, assim como as suas nomeações. A oferenda no candomblé é chamada de ebó, enquanto na umbanda é chamada de despacho. O importante é reconhecer a sua diversidade e deixar de estereotipar negativamente essas religiões.
- A situação está complicada/difícil.

Para não usar!



- Até tenho amigos que são negros: Essa frase frequentemente utilizada como uma forma de defesa quando uma atitude racista é apontada
- Macumba: É uma expressão ofensiva usada para se referir às religiões de matriz africana. Principalmente, as oferendas aos orixás realizadas por essas religiões.
- A coisa tá preta: Termo racista que reflete a associação entre características negras (nesse caso a cor da pele) e algo ruim.

MANUAL

DA BOA COMUNICAÇÃO

A comissão criou um mini-manual com dicas sobre alguns termos devem e não devem mais fazer parte do nosso vocabulário.



Para usar !

- Mercado clandestino, lista proibida, humor ácido.
- Admiro o que você fez e gostaria de fazer igual.
- Medíocre/ mal feito

Para não usar!



- Mercado negro, magia negra, ovelha negra e lista negra: Mais uma vez, temos termos que refletem a associação entre características negras e algo ruim/inferior.
- Inveja branca: Assim como utilizamos a nossa fala para expressar a ideia de inferioridade da população negra, a ideia do branco como algo positivo também está impregnada na nossa expressão. Conseqüentemente, também reforça, ao mesmo tempo, a associação entre preto e comportamentos negativos.
- Meia tigela: Quando os escravizados não conseguiam alcançar as metas ordenadas pelo senhor, como punição recebiam apenas meia tigela de comida.

MANUAL

DA BOA COMUNICAÇÃO

A comissão criou um mini-manual com dicas sobre alguns termos devem e não devem mais fazer parte do nosso vocabulário.



Para usar !

- Funcionária, auxiliar do lar, faxineira
- Por que não só chamar de bonita?
- Mal feito

Para não usar!



- Doméstica: Essa palavra é derivada de domesticado - aquele que foi amansado/dominado. O termo carrega a trajetória de mulheres negras escravizadas que eram domesticadas através de torturas/estupros para trabalhar nos casarões.
- Negra exótica/traços finos: Remete a ideia de que para uma mulher ser considerada bonita ela precisa ter traços mais próximos ao da branquitude.
- Feito nas coxas: Tem origem na época da escravidão, quando as telhas eram feitas de argila e moldadas nas coxas dos escravizados. Por apresentarem tamanhos e formatos diferentes a expressão ficou conhecida como algo mal feito.

MANUAL

DA BOA COMUNICAÇÃO

A comissão criou um mini-manual com dicas sobre alguns termos devem e não devem mais fazer parte do nosso vocabulário.



Para usar !

- Estampa africana
- Indígena/ povos indígenas
- Programa chato/desinteressante
- Povos/nação

Para não usar!



- Estampa étnica: Não seriam todas as estampas étnicas? Nesse caso o étnico é utilizado como alternativa ao padrão (europeu).
- Índio: O termo remete a uma ideia preconceituosa/caricata de selvagem imposta pelos colonizadores. Além disso, essa palavra ainda ignora a pluralidade dos povos indígenas.
- Programa de índio: Essa expressão é utilizada para definir um programa ruim, como uma analogia de que os povos originários são menos interessantes e inferiores.
- Tribo: É um termo utilizado para se referir a um grupo de pessoas que vive isolado e são vistos como selvagens e animais.

MANUAL

DA BOA COMUNICAÇÃO

A comissão criou um mini-manual com dicas sobre alguns termos devem e não devem mais fazer parte do nosso vocabulário.



Para usar !

- Que tal abdicarmos dessas expressões?
- Bronzeado/bronzeada

Para não usar!



- Disputar a nega
- Não sou tuas negas
- Nega maluca
- Pé na cozinha/senzala
- Preto de alma branca
- Preto quando não caga na entrada caga na saída
- Da cor do pecado: Este termo traz uma pesada bagagem histórica dos tempos da escravidão e do concubinato não consensual e o estupro. Também traz à tona o fetiche da potência sexual negra ou indígena.

MANUAL

DA BOA COMUNICAÇÃO

A comissão criou um mini-manual com dicas sobre alguns termos devem e não devem mais fazer parte do nosso vocabulário.



Para usar !

- Estrangeiro
- Incompreensível

- Esqueci

- Hijab

- Muçulmano/muçulmana

- Chame a pessoa pelo nome

- Nomear a religião da pessoa com todo respeito

- Parabéns pelo esforço de falar a língua

Para não usar!



- 'gringo' e 'falando chinês' pertencem a um grupo de expressões que destacam a nacionalidade, etnia ou raça do(s) indivíduo(s) referenciados. Dependendo da situação de uso, esses termos tendem a ser entendidos como depreciativos dos grupos denominados.

- Deu branco

- Lenço na cabeça: não diminuir ou depreciar um termo que é símbolo religioso, cultural e de identidade.

- Terrorista

- Ô refugiado!
- Aquele refugiado
- Aquela refugiada

- Macumbeiro/macumbeira

- Seu sotaque é engraçado: é desrespeitoso e depreciativo

QUEM SOMOS

DOCENTES

PROF. DRA. ANDREA DESLANDES



Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria e Saúde Mental (PROPSAM) do IPUB/UFRJ. Bolsista de produtividade CNPq. Formada em Licenciatura em Educação Física (UFRJ), Mestre e Doutora em Saúde Mental (UFRJ). Pós doutorado em Epidemiologia e Métodos Quantitativos (ENSP/FIOCRUZ). Professora adjunta do Instituto de Psiquiatria da UFRJ (IPUB/UFRJ) e do PROPSAM/UFRJ. Professora colaboradora do PPGCEE/UERJ.

Mãe do Juan e da Giovanna

Email: adeslandes@ipub.ufrj.br

PROF. DRA. FÁTIMA ERTHAL



Professora associada do IBCCF (UFRJ), membro do PROPSAM e da PG em Ciências Biológicas – Fisiologia (IBCCF). Graduada em Fisioterapia (2007), mestrado (2002) e doutorado (2007) em Ciências Biológicas (UFRJ), Pós-doutorado em Neuroimagem Funcional (FRJ). Membro da diretoria do capítulo brasileiro da Organization for Women in Science for the Developing World (OWSD), do Comitê de Diversidade da Sociedade Brasileira de Neurociências e do Comportamento (SBNeC) e do Comitê de Atenção à Saúde Mental do Instituto de Biofísica da UFRJ. Mãe de Clara.

E-mail: erthalfs@biof.ufrj.br

QUEM SOMOS

DOCENTES



PROF. DRA. NATÁLIA MOTTA

Professora colaboradora Propsam, IPUB-UFRJ. Graduação em Medicina 2007, Residência psiquiatria 2011 pela UFRN, Mestrado 2013, Doutorado 2017 pelo Instituto do Cérebro-UFRN e Pós-doutorado 2021 pelo Depto Física-UFPE; cientista-chefe da empresa em edutech Motrix Techknowlegde, intergrante do comitê executivo do Discourse in Psychosis e membro do SIRS.

E-mail: natalia.mota@ipub.ufrj.br



PROF. DRA. MARCELE CARVALHO

Psicóloga Clínica. Pós-Doutora pela UFRJ. Docente no Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia (IP) e no Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria e Saúde Mental do Instituto de Psiquiatria (IPUB) da UFRJ. Coordenadora do Núcleo Integrado de Pesquisa em Psicoterapia nas Abordagens Cognitivo Comportamentais do IPUB/UFRJ. Supervisora Clínica na Divisão de Psicologia Aplicada do IP/UFRJ. Terapeuta Certificada pela FBTC.

E-mail: marcelecarvalho@ufrj.br

QUEM SOMOS

DISCENTES



JESSICA DOS SANTOS SACRAMENTO PLÁCIDO

Doutoranda e Mestre em Saúde Mental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB – UFRJ). Especialista em Ciências da Performance Humana (CPH/UFRJ) e formada em Educação Física pela Universidade Gama Filho (UGF). Pesquisadora do Laboratório de Neurociências do Exercício (LaNEx)



JULIANA DIAS DE LIMA

Doutoranda em Saúde Mental pelo Instituto de Psiquiatria da UFRJ, Mestre em Educação Física pela UFRJ. Especialista em Neurociências da Atividade Física e formada em Educação Física (EEFD-UFRJ). Pesquisadora no LaNex, Laboratório de Neurociência do Exercício do IPUB - UFRJ.
E-mail: julianadlima@ufrj.br



STEPHANIE ZAKHOUR DA CRUZ

Psicóloga Libanesa/Brasileira. Mestre em Terapia Cognitiva Comportamental pela Université Saint Joseph de Beyrouth, Líbano. Doutoranda em Saúde Mental pelo Instituto de Psiquiatria da UFRJ. Pesquisadora no Laboratório de Depressão Resistente ao Tratamento e no Núcleo de Disfunções Sexuais.
E-mail: stephaniezakhour@hotmail.com



CRESO ALBERTO BEM DE ALMEIDA

Mestrando em Saúde Mental pelo Instituto de Psiquiatria da UFRJ. Especialista em Neurociências do Exercício e da Atividade Física (EEFD-UFRJ). Professor de Educação (IEFD-UERJ). Pesquisador do Laboratório de Neurociências do Exercício (LaNEx-IPUB). Investiga Estilo de Vida Ativo e Saúde Mental LGBTQIAPN+.
Email: cresoalmeida@gmail.com



QUEM SOMOS

DISCENTES



ROGERIA RANGEL

Mestranda em Psiquiatria e Saúde Mental (IPUB/UFRJ). Especialista em Psicogeriatría (IPUB/UFRJ). Especialista em Psiquiatria e Psicanálise com Crianças e Adolescentes (IPUB/UFRJ). Formação em Redes de Proteção Social (UFRJ).

Email: rogeriarangel.psi@gmail.com



FERNANDA DE OLIVEIRA PAVELTCHUK

Doutoranda em saúde mental (PROPSAM/IPUB/UFRJ). Mestra em Psicologia Clínica (PUC-Rio). Psicóloga e psicoterapeuta (UFRJ). Membro-fundadora do TCC para Minorias.

email: paveltchuk@gmail.com



TÂNIA FAGUNDES MACEDO

Doutoranda em Saúde Mental - IPUB/UFRJ. Representante Discente do PROPSAM. Pesquisadora do Laboratório Integrado de Pesquisa em Estresse - LINPES/UFRJ. Terapeuta cognitiva certificada pela Federação Brasileira de Terapias Cognitivas (FBTC). Formação em Terapia do Esquema (Wainer Psicologia / *International Society of Schema Therapy*). Formação em Terapia do Esquema para Casais (ITPC). Pesquisa temas relacionados ao cuidado de mulheres sobreviventes de abuso sexual; trauma, resiliência e sofrimento social.

Email: taniamacedo@ufrj.br



ALESSANDRA PESSOA DE VASCONCELLOS

Graduação em Educação Física, em andamento na EEFD/UFRJ. Membro da Câmara de Políticas Raciais – Comissão de Heteroidentificação. É integrante do Laboratório de Neurociência do Exercício (LaNEEx) do Instituto de Psiquiatria da UFRJ, onde opera como bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq (2022). Pesquisadora no projeto intitulado “Estudo do Estilo de Vida e Saúde Mental de Estudantes Universitários (UNILIFE-M)”.

E-mail: alessandra.ufrj.eefd@gmail.com



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/etnico-racial/acoes-afirmativas>

Panorama UFRJ. Imagens disponíveis em: <https://panorama.ufrj.br/>

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - Estabelece e reverbera as premissas do elo forte das ações afirmativas no Brasil, pontuando o enfrentamento às discriminação e a proteção da população.

Lei nº 8.213/1991 - Reserva proporcional de vagas nas empresas para pessoas com deficiência.

Lei nº 11.645/2008 - Ensino da temática "História e Cultura Afro-brasileira e Indígena".

Lei nº 12.288/2010 - Institui o "Estatuto da Igualdade Racial".

Lei nº 12.711/2012 - LEI DE COTAS: Reserva de 50% das vagas para estudantes da escola pública, com recorte para renda (1,5 salário mínimo), raça (pardos, pretos e indígenas), e pessoas com deficiência (PCD).

Lei nº 12.990/2014 - Reserva de vagas (20%) para negros nos concursos públicos.

Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI).

Lei nº 13.409/2016 - Reserva de vagas para pessoas com deficiência nas Instituições Federais.

Lei nº 14.547/2022 - Disposição legislativa com viés protetor e inclusivo da mulher no mercado de trabalho.



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



PROPSAM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

INSTITUTO DE PSIQUIATRIA DA UFRJ

NOSSO CONTATO

afirmativaspropsam@ipub.ufrj.br



PROPSAM
2023